

Apontamento do TCE

O conselho do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Dimas Eduardo Ramalho, apontou irregularidade durante a gestão Pedro Bigardi (PSD) no uso de mais de R\$ 98,2 milhões destinados ao Hospital São Vicente de Paulo em 2015. A ilegalidade se verificou nas comprovações da aplicação do recurso. A posição de Dimas foi firmada em acórdão ratificado na sessão do dia 24 de outubro deste ano.

Lembrança

Na sessão desta terça-feira (21) da Câmara de Jundiá, o vereador Cícero da Saúde (PROS) dedicou o evento semanal à juíza Adriana Nolasco da Silva, que morreu no dia anterior após acidente em São Paulo com a queda de um pedaço de concreto que a atingiu enquanto trafegava no banco de passageiros de um carro. A tragédia ocorreu na avenida do Estado.

Vereador contestado

A proposta de emenda à Lei Orgânica (PLO) 73, do vereador jundiáense Marcelo Gastaldo (PDT), que proíbe a discussão de qualquer tema relacionado à identidade de gênero nas escolas municipais e foi suspensa na semana passada por decisão judicial, continuou repercutindo na sessão desta terça (21). A professora Cíntia Vanessa Gomes, contestou a defesa do vereador, que alegou ter criado o projeto para proteger as crianças.

Inadmissível

"Muitas escolas têm professores em falta e quadras descobertas. Se estão (os vereadores) realmente preocupados com as crianças, cuidem disso", afirmou Cíntia Vanessa Gomes. Ela também citou a reportagem do J1 que quantificou em R\$ 110 mil mensais o custo de cada vereador aos cofres públicos. Para ela, com estes valores é "inadmissível" os parlamentares alegarem ignorância sobre a constitucionalidade de projetos.

PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Gestor de governo e finanças afirma que apenas médicos e professores serão repostos; cargos de gestão serão informatizados

Prefeitura corta reposições para manter gasto com pessoal

BARBARA NÓBREGA MANGIERI
bman@erfnet.com.br

A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevista para 2018 reserva quase 47% do total do dinheiro de Jundiá para cobrir gastos com folha de pagamento e encargos sociais. O valor, de R\$ 1.103 bilhão, representa praticamente a metade do orçamento total de 2018, de R\$ 2.260 bilhões. O percentual se manteve praticamente igual ao dos gastos com funcionalismo apresentados na LOA 2017, de 45,04%, e na LOA 2016, de 45,9%. As previsões foram apresentadas em audiência pública realizada ontem na Câmara Municipal, aberta à participação popular.

Para manter os gastos mais ou menos iguais aos dos anos anteriores, a Prefeitura de Jundiá decidiu segurar o processo de reposição de servidores públicos. "No funcionalismo, quando um servidor se aposenta ou sai, ele é substituído quase que imediatamente, mas estamos segurando este processo", explica o gestor de Governo e Finanças do município, Jo-



ONTEM Parimoschi tirou dúvidas dos vereadores em relação ao orçamento de Jundiá para 2018. Parlamentares questionaram sobre a saúde

sé Antonio Parimoschi.

Ele afirma que serão repostos apenas os servidores "de ponta", ou seja, aqueles que trabalham com o atendimento direto da população. "Vamos repor médicos e professores, mas para os cargos de gestão e admi-

nistração a ideia é aumentar a eficiência e informatizar cada vez mais. Vamos usar a inteligência e a tecnologia para prover esses apoios".

Investimento zero
Parimoschi afirma, ainda,

que a gestão não possui recursos para investimentos na cidade. "Estamos socorrendo a saúde e a educação, além de pagar dívidas deixadas pela gestão anterior", explica o gestor. "Temos zero recursos, exceto um pequeno investimento de R\$

3,3 milhões relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a pavimentação de loteamentos regularizados recentemente".

O documento da lei mostra que estão reservados para investimentos pouco mais de R\$ 138 milhões, o equivalente a 5,6% do orçamento total. O item que tem maior aplicação financeira é o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), que demanda R\$ 23 milhões do montante. Parimoschi explica que o programa irá tornar a arrecadação de impostos mais eficiente e mais transparente para o contribuinte.

Ajuste fiscal

A lei orçamentária apresenta uma quantia enxuta para gerir todas as demandas da cidade, mas fazem parte de um plano de responsabilidade fiscal assumido pela atual gestão. "Herdamos um enorme déficit da outra gestão, que decidiu gastar mais que arrecadava e deixou a dívida para o orçamento seguinte", afirmou Parimoschi. "Pretendemos concluir o ajuste fiscal até o fim de 2018".